



Plano Geral de Atuação

O MPSC NO COMBATE À CORRUPÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



Plano Geral de Atuação

Florianópolis
2017

SUMÁRIO

Introdução.....	6
O Ministério Público de Santa Catarina.....	7
Prioridade Institucional para 2018-2019.....	8
Objetivo Estratégico 01.....	10
Projeto: Transparência nas Listas de Espera do SUS.....	11
Objetivo Estratégico 02.....	14
Projeto: Fortalecimento das Parcerias Administrativas para Proteção da Saúde do Consumidor – Fortalece VISA.....	15
Objetivo Estratégico 03.....	18
Projeto: Adequação Constitucional de Cargos Públicos.....	19
Objetivo Estratégico 04.....	21
Projeto: Combate à corrupção envolvendo agentes da área da segurança pública no âmbito do controle externo da atividade policial.....	22
Objetivo Estratégico 05.....	24
Projeto: Acompanhamento dos Planos Estadual e Municipais de Educação, relacionados às atribuições do Ministério Público.....	25
Objetivo Estratégico 06.....	28
Projeto: Legalidade Ambiental e Sustentabilidade.....	29
Objetivo Estratégico 07.....	31
Projeto: Serviço Prestado, Contrato Fiscalizado.....	32
Objetivo Estratégico 08.....	34
Projeto: Transparência Fiscal.....	35



O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

MISSÃO

Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

VALORES

Ética, Efetividade, Independência, Justiça, Transparência.

PRIORIDADE INSTITUCIONAL PARA 2018-2019

MPSC NO COMBATE À CORRUPÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Objetivos Estratégicos:



Qualificar a atuação do Ministério Público no enfrentamento da criminalidade



Promover a proteção dos direitos coletivos dos consumidores



Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal



Garantir o acesso aos direitos fundamentais e a sua efetividade



Promover e defender os direitos e garantias infantojuvenis



Assegurar a defesa e a proteção do meio ambiente urbano e rural e o desenvolvimento sustentável



Combater a corrupção e defender com eficiência o patrimônio público e a moralidade administrativa



Promover a defesa da constitucionalidade em face de leis e atos normativos municipais e estaduais



CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal



COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária



CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude



CMA - Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa



CCO - Centro de Apoio Operacional dos Direitos do Consumidor



CDH - Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor



CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente



CECCON - Centro de Apoio Operacional da Constitucionalidade



DIREITOS HUMANOS

GARANTIR O ACESSO AOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E A SUA EFETIVIDADE

OBJETIVO
ESTRATÉGICO

01

Projeto:

Transparência nas Listas de Espera do
SUS

Programa: “Saúde Cidadã”

Objetivo:

Fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública, especificamente com a publicização das listas de espera por serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), como forma de garantir o direito à informação e permitir o exercício do controle social e da fiscalização pelos órgãos competentes.

Público-Alvo:

Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Iniciativas a serem desenvolvidas:

1. Diagnosticar se o Estado de Santa Catarina e os 295 Municípios catarinenses estão publicizando suas listas de espera por serviços do SUS.

Resultado esperado da iniciativa: Ter acesso às informações sobre o número de entes que estão publicizando suas listas.

Responsável: CDH.

2 Comparar o número de entes que davam publicidade às suas listas de espera em março de 2016 e em março de 2018.

Resultado esperado da iniciativa: Ter acesso às informações sobre o acréscimo de entes que passaram a dar publicidade às listas de espera do SUS a partir dos trabalhos desenvolvidos nos anos de 2016 e 2017.

Responsável: CDH.

8 Promover medidas para que todos os entes disponibilizem na internet as listas de espera

Resultado esperado da iniciativa: Alcançar todos os entes para que suas listas de espera por serviços de saúde no SUS estejam disponibilizadas na internet.

Responsáveis: CDH e Promotorias de Justiça.

4 Acompanhar as medidas adotadas para que todos os entes disponibilizem na internet as listas de espera por serviços do SUS.

Resultado esperado da iniciativa: Ter o diagnóstico sobre o número de entes que aderiram ao Projeto Transparência nas Listas de Espera do SUS até o final de 2019.

Responsável: CDH.

Resultado esperado do Projeto:

Publicização das listas de espera por serviços do Sistema Único de Saúde como forma de garantir o direito à informação e de combater a prática de atos de corrupção consistentes na alteração da ordem de atendimento dos pacientes sem critérios clínicos ou cronológico.

Indicadores Sociais/Estratégicos	Meta 2018	Meta 2019
Número de Municípios catarinenses que estão publicizando as listas de espera por serviços do SUS	200	295
Se o Estado de Santa Catarina está publicizando as listas de espera por serviços do SUS	1	1

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais
Número de reuniões/eventos para tratar sobre a publicização das listas de espera no SUS
Número de intervenções extrajudiciais ou judiciais para promover a transparência das listas de espera do SUS
Número de usuários do SUS que têm acesso à informação sobre a sua demanda na área da saúde



CONSUMIDOR

PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS
COLETIVOS DOS CONSUMIDORES

OBJETIVO
ESTRATÉGICO

02

Projeto:

Fortalecimento das Parcerias Administrativas para Proteção da Saúde do Consumidor – Fortalece VISA

Objetivo:

Promover a articulação com órgãos públicos municipais, estaduais e federais incumbidos da fiscalização dos setores regulados, cujos produtos e serviços podem representar riscos à saúde dos consumidores, e estimular o Poder Público a constituir e a estruturar órgãos de fiscalização de produtos e serviços potencialmente causadores de riscos à saúde dos consumidores, em especial as Vigilâncias Sanitárias.

Público-Alvo:

Sociedade Catarinense.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

1. Reunir-se com agentes dos órgãos públicos municipais para identificação das deficiências, dificuldades e implementação de parcerias.

Resultado esperado da iniciativa: Detectar as deficiências e auxiliar na implantação plena do serviço de Vigilância Sanitária Municipal, por intermédio de ações extrajudiciais e judiciais. Exigir que essas unidades trabalhem no sistema Pharos (transparência).

Responsáveis: CCO e Promotorias de Justiça do Consumidor.

2. Promover a aproximação entre os órgãos públicos e o setor regulado, visando a orientar sobre a adequação de produtos e serviços.

Resultado esperado da iniciativa: Fomentar reuniões, audiências e palestras, para conscientizar da necessidade da regularização dos estabelecimentos fornecedores.

Responsáveis: CCO e Promotorias de Justiça do Consumidor.

3. Mensurar o quantitativo de procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça relacionados ao fortalecimento das parcerias administrativas para proteção da saúde do consumidor.

Resultado esperado da iniciativa: Mensurar os procedimentos, as recomendações, os TACs e as ACPs.

Responsáveis: CCO e Promotorias de Justiça do Consumidor.

4. Manter o diagnóstico dos dados dos órgãos de vigilância sanitária no âmbito municipal.

Resultado esperado da iniciativa: Coleta de dados atualizados das Visas Municipais; sistematizar diagnóstico.

Responsáveis: CCO e Promotorias de Justiça do Consumidor.

Resultado esperado do Projeto:

Vigilâncias sanitárias adequadas às exigências legais instituídas em todos os Municípios catarinenses.

Indicadores Sociais/Estratégicos	Meta 2018	Meta 2019
Percentual de Municípios com ações de vigilância sanitária pactuadas	95%	100%
Percentual de Municípios que utilizam o sistema Pharos	50%	80%

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais

Ações civis públicas ajuizadas

Número de procedimentos instaurados

Recomendações expedidas

Termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados

Termos de cooperação e convênios celebrados



CONSTITUCIONALIDADE

PROMOVER A DEFESA DA
CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E
ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

OBJETIVO
ESTRATÉGICO



Adequação Constitucional de Cargos Públicos

Objetivo:

Realizar e acompanhar o controle abstrato de constitucionalidade de leis direcionadas à instituição de cargos públicos de provimento em comissão contrárias ao texto constitucional.

Público-Alvo:

Sociedade Catarinense e Administração Pública Municipal.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

1. Realizar estudos de viabilidade e proposições de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Resultado esperado da iniciativa: Elaboração de estudos e iniciais de ADIs.

Responsáveis: CECCON e Promotores de Justiça.

2. Acompanhar as ações diretas de inconstitucionalidade propostas.

Resultado esperado da iniciativa: Controle de efetividade das ADIs propostas em face de leis direcionadas à instituição de cargos públicos de provimento em comissão contrárias ao texto constitucional.

Responsável: CECCON.

Resultado esperado do Projeto:

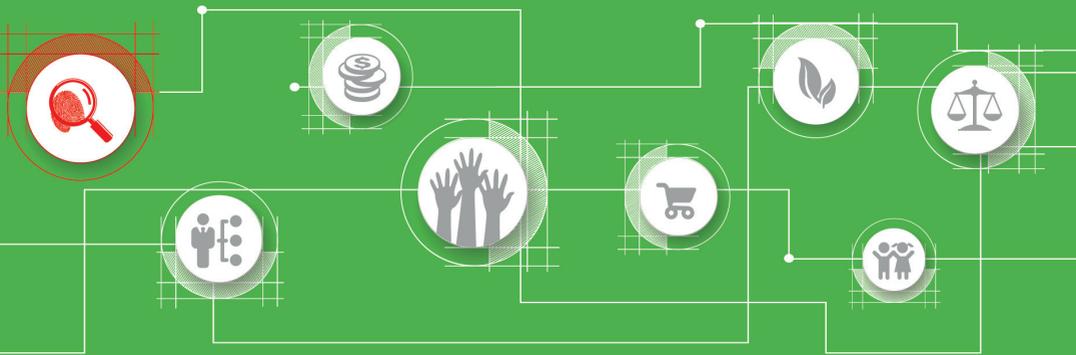
Afastar do ordenamento jurídico leis que favoreçam, direta ou indiretamente, a corrupção da Administração Pública por intermédio do provimento de cargos em comissão contrários às Constituições da República e Estadual.

Indicadores Sociais/Estratégicos	Meta 2018	Meta 2019
Índice dos pareceres emitidos nas ações diretas de inconstitucionalidade propostas, referentes a cargos públicos de provimento em comissão que violem o texto constitucional	100%	100%
Índice de cientificação das ações julgadas procedentes e/ou parcialmente procedentes em ADIs referentes a cargos públicos de provimento em comissão que violem o texto constitucional, ajuizadas pelo MPSC, com trânsito em julgado, no biênio de 2018-2019, nos termos do artigo 2º, § 1º, do Ato n. 336/2013/PGJ	100%	100%

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais

Número de pareceres ministeriais em ações diretas de inconstitucionalidade

Número de Municípios abrangidos pelo projeto



CRIMINAL

QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA
CRIMINALIDADE

OBJETIVO
ESTRATÉGICO



Projeto:

Combate à corrupção envolvendo agentes da área da segurança pública no âmbito do controle externo da atividade policial

Objetivo:

Identificar, com a utilização de ferramentas de inteligência e cooperação interinstitucional, possíveis agentes públicos envolvidos com atos de corrupção.

Público-Alvo:

Agentes das instituições vinculadas à área da Segurança Pública.

Iniciativa a ser desenvolvida:

1. Formação de parcerias institucionais para troca de informações com organizações ligadas à área de Segurança Pública.

Resultado esperado da iniciativa: Identificação de possíveis casos de corrupção e/ou de infiltração criminosa ou tentativa de infiltração no aparato da Segurança Pública.

Responsável: CCR.

Resultado esperado do Projeto:

Identificação e consequente neutralização de casos de infiltração ou tentativa de infiltração criminosa no aparato estatal da Segurança Pública via corrupção de agentes públicos.

Indicadores Sociais/Estratégicos

Não mensuráveis

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais

Bancos de Dados Integrados



INFÂNCIA E JUVENTUDE

PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E
GARANTIAS INFANTOJUVENIS

Projeto:

Acompanhamento dos Planos Estadual e Municipais de Educação, relacionados às atribuições do Ministério Público

Objetivo:

Acompanhar a execução dos Planos Estadual e Municipais de Educação naquilo que se refere às atribuições do Ministério Público, por meio do CIJ, e cujas metas sejam mensuráveis estatisticamente (metas a serem identificadas posteriormente).

Público-Alvo:

Crianças, Adolescentes e Sociedade.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

1. Levantamento dos Planos Municipais de Educação aprovados.

Resultado esperado da iniciativa: Planilha com o resultado do levantamento.

Responsável: CIJ.

2. Formalização de parceria com o Tribunal de Contas do Estado, para acesso aos diagnósticos e inspeções realizadas pelo órgão.

Resultado esperado da iniciativa: Planilha com o resultado dos dados encaminhados pelo Tribunal de Contas.

Responsável: CIJ.

 Diagnóstico de cada Município na implementação das metas do Plano Municipal de Educação.

Resultado esperado da iniciativa: Planilha com o resultado do levantamento.

Responsável: CIJ.

 Promoção, de ações para o acompanhamento dos Planos de Educação e inclusão das metas nas Leis Orçamentárias do Município.

Resultado esperado da iniciativa: Relatório do acompanhamento e do status de execução dos Planos.

Responsável: CIJ e Promotorias de Justiça.

Resultado esperado do Projeto:

Execução das metas previstas nos Planos Estadual e Municipais de Educação, com a conseqüente melhoria dos indicadores da educação em Santa Catarina.

Indicadores Sociais/Estratégicos	Meta 2018	Meta 2019
Ampliação do número de crianças de 0 a 3 anos atendidas pela educação infantil	10%	20%
Municípios com lei orçamentária com previsão para execução do planejamento dos PMEs, a partir de provocação do Ministério Público	20%	40%

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais
Número de diagnósticos encaminhados
Número de Procedimentos Administrativos instaurados



MEIO AMBIENTE

ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO
MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO
ESTRATÉGICO



Legalidade Ambiental e Sustentabilidade

Objetivo:

Buscar a fiscalização e o aperfeiçoamento, por intermédio da transparência e eficiência, das ações desenvolvidas pelos órgãos municipais e estaduais que atuam na área do meio ambiente.

Público-Alvo:

Membros, Administração Pública e Sociedade.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

1. Manter atualizado o diagnóstico da estrutura e da eficiência dos órgãos públicos municipais e estaduais quanto ao licenciamento e à fiscalização.

Resultado esperado da iniciativa: Diagnósticos realizados.

Responsáveis: CME e Promotorias de Justiça.

2. Buscar adequação dos órgãos às exigências legais, técnicas e estruturais de forma eficiente e transparente.

Resultado esperado da iniciativa: Órgãos adequados.

Responsáveis: Promotorias de Justiça.



Exigir dos Municípios a adequação do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA).

Resultado esperado da iniciativa: Municípios adequados.

Responsáveis: Promotorias de Justiça.



Buscar a responsabilização criminal e por atos de improbidade administrativa.

Resultado esperado da iniciativa: Infratores responsabilizados em todas as esferas.

Responsáveis: Promotorias de Justiça.

Resultado esperado do Projeto:

Melhoria das ações desenvolvidas pelos órgãos públicos ambientais.

Indicadores Sociais/Estratégicos	Meta 2018	Meta 2019
Índice de Municípios com estrutura técnica adequada para licenciamento ambiental	50%	70%
Índice de julgamentos de procedimentos administrativos das infrações ambientais	20%	50%

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais

Número de Ações Civas Públicas (ACPs), Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas (TACs), Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs), Procedimentos Preparatórios (PPs), Inquéritos Civas (ICs) e Recomendações



MORALIDADE ADMINISTRATIVA

COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER
COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO
E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

OBJETIVO
ESTRATÉGICO

07

Serviço Prestado, Contrato Fiscalizado

Objetivo:

Aprimorar a fiscalização desenvolvida pelo Ministério Público sobre os contratos de consultoria e publicidade.

Público-Alvo:

Promotores de Justiça e Sociedade Catarinense.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

1. Ampliação da análise sobre os contratos de publicidade, verificando a efetiva aplicação da Lei n. 12.232/2010 e os vícios mais comuns nas licitações.

Resultado esperado da iniciativa: Informação às Promotorias sobre problemas mais comuns nos contratos.

Responsável: CMA.

2. Levantamento das despesas com contratos de consultoria realizadas por Municípios e pelo Estado SC.

Resultado esperado da iniciativa: Relatório de despesas que contextualize os gastos com consultoria, no âmbito dos contratos de prestação de serviços celebrados pelo ente público.



Criação de roteiro para fiscalização dos contratos de consultoria e divulgação para classe

Resultado esperado da iniciativa: Otimização da fiscalização dos contratos, tendo por base as instruções normativas e decisões do TCE sobre o tema.

Responsável: CMA.

Resultado esperado do Projeto:

Consolidação de estratégias de fiscalização eficazes, que propiciem ao Membro do Ministério Público conhecimento acurado a respeito dos contratos que constituem objeto do Projeto em sua Comarca e otimizem as ações de controle, dissuadindo fraudes.

Indicadores Sociais/Estratégicos	Meta 2018	Meta 2019
Índice de Portais adequados às exigências da Lei n. 12.232/2010	15%	30%

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais
Contratos de Consultoria Avaliados
Procedimentos Abertos
Índice percentual das despesas com consultoria em relação ao orçamento público
Índice percentual das despesas com publicidade em relação ao orçamento público



ORDEM TRIBUTÁRIA

PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO
FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E
MUNICIPAL



Projeto:

Transparência Fiscal

Programa: “Saúde Fiscal dos Municípios” e
“Combate à Sonegação Fiscal”

Objetivo:

Garantir a isonomia tributária e o respeito à capacidade contributiva assegurados na Constituição Federal (art. 150, II, e art. 145, § 1º), atendendo aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa.

Público-Alvo:

Sociedade Catarinense, Estado de Santa Catarina e Municípios Catarinenses.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

1. Acompanhar as alterações das leis municipais na revogação de benefícios fiscais concedidos em desacordo com a Lei Complementar n. 157/2016.

Resultado esperado da iniciativa: Elaboração de diagnóstico acerca das legislações municipais que foram adequadas à Lei Complementar Federal n. 157/2016.

2. Ajustar a legislação tributária referente à concessão de benefícios fiscais que não esteja adequada ao tratamento normativo superior, mediante a adoção de medidas extrajudiciais cabíveis, limitando o excesso de discricionariedade administrativa que possa resultar na prática de atos de corrupção.

Resultado esperado da iniciativa: O estabelecimento de um marco inicial do tratamento isonômico tributário na concessão de benefícios fiscais, em respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa.

Responsáveis: COT e Promotorias de Justiça.

8. Identificar a existência de benefícios fiscais concedidos em desacordo com o ordenamento jurídico, bem como o descumprimento de condições que justificaram o seu deferimento, promovendo as medidas judiciais adequadas para a correção ou o cancelamento de eventuais distorções.

Resultado esperado da iniciativa: Adequação ou cancelamento de benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Santa Catarina ou pelos Municípios, em desacordo com a legislação superior.

Responsáveis: COT e Promotorias de Justiça.

Resultados esperados do Projeto:

Evitar a concessão indiscriminada de benefícios fiscais em detrimento da arrecadação tributária do Estado e dos Municípios Catarinenses.

Impedir desvirtuamentos de conduta de agentes públicos na concessão de benefícios fora das hipóteses legais ou, ainda, a falta de fiscalização e acompanhamento das condições eventualmente fixadas para sua concessão.

Garantir a transparência e a isonomia de tratamento tributário.

Indicadores Sociais/Estratégicos	Meta 2018	Meta 2019
Índice de adequação da legislação Tributária Estadual às normativas Constitucionais e Federais	100%	100%
Índice de Municípios com legislação tributária adequada às normativas Constitucionais e Federais	60%	100%
Índice de cancelamento ou adequação dos benefícios fiscais concedidos irregularmente	50%	100%

Indicadores de Acompanhamento/Operacionais

Número de Municípios com diagnóstico da legislação tributária permissiva de benefícios fiscais realizado

